

ESTADO DE SÃO PAULO

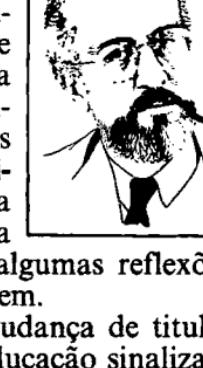
A nossa revolução cultural

"O que existe de política? O silêncio é a resposta. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando vem o fisco bater-lhe à porta. O que dá razão a este marasmo?"

Machado de Assis, 1861

CARLOS GUILHERME MOTA

Às vésperas da detonação de um novo processo político-educacional neste país, que ainda não logrou se livrar dos vícios do Ancien Régime de 64 nem da Nova República do Diretório, algumas reflexões prévias se impõem.



A recente mudança de titular na pasta da Educação sinaliza o esgotamento de um ciclo de compromissos do Executivo com setores historicamente desvinculados da causa da escola pública republicana. Dessa forma, o Executivo, esgotados outros mecanismos para "fabricar" sua imagem "moderna", parece afinal disposto a buscar sua identidade profunda. Se não veia logrando fazê-lo no plano das relações internacionais, nem tampouco da política econômica e das relações trabalhistas, poderá entretanto mudar o diapasão do debate político no País se for fundo para valer na questão educacional — base da histórica *Questão Nacional*.

Com efeito, a indicação do ex-reitor da USP, professor José Goldemberg, para o Ministério da Educação abre uma nova perspectiva para esse setor fundamental de nossa vida pública. Sua presença já provocou mudança no Emendão, marcando pontos para a causa da escola pública. Começou bem, portanto. E o próximo passo está no encaminhamento de negociação salarial alta, retirando esse tema monocórdico da ordem do dia e acabando com a greve. Dada a gravidade da situação a que se chegou, não é de espantar que os mestres eventualmente distraiam sua atenção de assuntos propriamente pedagógicos. Jamais a humilhação, o aviltamento da profissão docente chegou a nível tão baixo.

Mas a virada se dará em seguida. Os recursos da pasta deverão ser repensados, mais bem fiscalizados e realocados. Parece óbvio que preocupações do tipo merenda escolar, asfaltamento de ruas e estradas, etc., deverão passar para outras instituições — LBA, Ministério de Ação Social ou Transportes. O ministério precisa voltar a ter — se é que alguma vez tal aconteceu, após 64 — sua preocupação centrada na tarefa educativa propriamente dita. Limpar o campo para, finalmente, se encaminharem a sério respostas a questões antigas: afinal, que é uma universidade?

Como, onde e para que se formam professores para os três graus? Como atualizar suas vocações para a docência, a pesquisa e serviços de extensão à sociedade? Quantas são as universidades em território nacional e a que vieram? Quais as suas classificações no ranking nacional e internacional? Quais suas formas de gestão? Que nos

ensina a experiência das fundações? A comunidade mais abrangente participa de sua gestão? Como avaliar adequadamente a produção universitária? Dada a enxurrada de criações de universidades por vezes artificiais País afora, saberá o novo ministro criar um sistema de avaliação que, se correto, poderá chegar a propor a desativação de faculdades de fim de semana e outras? Como se comportará o Conselho Federal de Educação nesse desafio coletivo? Tem ele cumprido as funções para que foi criado? E o Clube dos Reitores?

A oportunidade histórica se abre agora aos políticos mais perspicazes, que começam a transformar o setor educacional em efetiva prioridade de suas plataformas, com um olho também nas próximas eleições. O Ministério da Educação estará no centro das negociações, já agora com uma perspectiva crítica sobre a escola pública, a particular qualificada e a "pagável", neste país em que as distorções se tornam regra geral (afinal, recorde-se que na gestão Goldemberg na USP somente o ensino público ficou na berlinda como "improdutivo", o que foi aproveitado de modo obscuro por jornal desta capital).

Claro está que a instituição universitária abriga — como qualquer outra — vícios corporativistas complexos. Mas, como chegou ao fundo do poço, seus segmentos mais vivos e avançados saberão fazer a hora. Com senso de realidade e firmeza, nossa *revolução cultural* pode estar aí. Jamais houve conjunção tão favorável à escola pública, com lideranças de peso no timão: Goldemberg, Fernando Morais, Maria Yedda Linhares no Rio de Janeiro, Roberto Lobo (USP), Carlos Vogt (Unicamp), Landim (Unesp) e tantos, tantos outros, como o secretário de Cultura, escritor Sérgio Paulo Rouanet, em postos de decisão. Além, é claro, na Câmara dos Deputados, do professor Florestan Fernandes, uma liderança incontestada no campo da educação.

Nesse esforço coletivo de requalificação educacional, talvez se possa responder — tardamente, é verdade — à pergunta dos revolucionários franceses da Convenção em 1793 e começar a falar a sério em *modernidade* no Brasil: "A igualdade civil dos cidadãos proletários está restabelecida, mas a instrução e a educação lhes faltam. Eles suportam todo o peso do título de cidadãos, mas terão eles a capacidade de alcançar as honras que o cidadão pode pretender?"

□ Carlos Guilherme Mota, historiador, é membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Advisory Board do Programa da América Latina da Princeton University

